

AJ14441

Adiamento necessário

Privatização do trecho capixaba da BR 101 foi adiada para se adequar ao crescimento da economia local

O trecho de 458 quilômetros da BR 101 Sul que atravessa o Espírito Santo não será privatizado neste ano. Ao contrário do previsto, não consta das licitações marcadas para as próximas semanas, visando a transferência de estradas federais à exploração da iniciativa privada. A exclusão do pedaço capixaba da BR 101 decorreu de solicitação do Governo do Estado atendida pelo Ministério dos Transportes.

A necessidade de mudança no modelo de privatização que seria utilizado nesse momento é que prevaleceu na decisão tomada em conjunto pelos dois Governos. Já a implantação de novas regras deverá trazer vantagens para o Estado e para o país, pois se trata de rodovia estratégica.

Novos estudos sobre a concessão da BR 101 consideraram a dinâmica de crescimento da economia do Es-

EDITORIAL

pírito Santo, em percentual superior ao nacional. Isso vem ocorrendo há alguns anos, mas todas as projeções indicam ampliação dessa diferença nos próximos anos. Dentre os indicadores de novo cenário, estão as atividades de petróleo e de gás natural, a expansão da capacidade instalada de plantas industriais gigantes – como a Companhia Siderúrgica de Tubarão, a Samarco e as usinas de pelletização instaladas no Porto de Tubarão – e a consolidação de vários arranjos produtivos de forte repercussão econômica.

O estudo sobre as condições de tráfego na BR 101 e demais estradas que cortam o Espírito Santo deve, necessariamente, considerar a previsão de que 404 novos projetos, em 11 setores de atividades, deve-

rão estar implantados no Estado até 2009, gerando aproximadamente 64 mil empregos. O investimento é de R\$ 35,7 bilhões. É um novo tempo está sendo surgindo. Somente a Petrobras estima investir, no Espírito Santo, em 2005, nada menos de US\$ 1 bilhão.

No Ministério dos Transportes, o estudo existente está defasado. Indica uma média diária de 6,3 mil veículos circulando no trecho de 458 quilômetros da BR 101 no Espírito Santo. Com essa escala, considerada pequena, resultaria a tarifa básica de pedágio de R\$ 5,20. No entanto, a nova projeção a ser utilizada pelo Governo federal aponta média diária de 8 mil veículos, permitindo a redução do preço do pedágio para R\$ 4,80 – o que faz muita diferença de custo para pessoas físicas e empresas que utilizam intensivamente essa estrada.

Havia outro inconveniente nas re-

gras que vigorariam, caso a privatização ocorresse agora: a maior parte das obras previstas para a rodovia só seriam realizadas a partir do quinto ano de privatização. Ou seja, os usuários pagariam pedágio durante quatro anos enfrentando precariedades e riscos.

Espera-se também que o novo estudo localize as praças de pedágio de modo a evitar a cobrança no deslocamento entre cidades vizinhas. Em determinadas regiões do Estado, é comum um mesmo veículo cruzar diariamente diferentes municípios – seja para deixar e buscar crianças na escola ou para outras atividades.

Esse conjunto de motivos leva a crer que o adiamento da privatização evitou uma série de transtornos. Então, que o modelo de concessão seja refeito e amadurecido. Assim, em melhores condições, a licitação pode ocorrer em 2006.

A implantação de novas regras de privatização deve trazer vantagens para o Estado e para o país, pois se trata de rodovia estratégica